

01/08/2016 - 05:00

Qual será o modelo de crescimento da indústria?

Por **Antônio Diegues**

A divulgação dos indicadores de desempenho da indústria brasileira nas últimas semanas parece ter fomentado a percepção por parte de alguns analistas de que enfim estaríamos nos aproximando de um ponto de inflexão, após uma longa prostração que se aprofundou nos últimos dois anos.

A tese defendida é a de que a melhora dos indicadores de confiança empresarial seria o catalisador da retomada do crescimento industrial. Essa retomada, por sua vez, seria potencializada por uma taxa de câmbio que impulsionaria a competitividade da indústria local e por algo como o destravamento do potencial de crescimento represado nos governos Dilma.

Entretanto, apesar desta percepção ter reverberado inclusive entre as entidades de classe empresariais, parece-me que há um descolamento entre a recente inflexão nas expectativas e a ausência de bases estruturais para a construção de um modelo a partir do qual se sustentaria um novo ciclo de crescimento da indústria brasileira. Assim, a crença na retomada do dinamismo manufatureiro estaria fundamentada mais na tentativa de construção de um estado de expectativas que, ao fomentar o que Keynes denominava de "animal spirits", leve a uma profecia auto-realizável do que na criação de um sólido modelo de crescimento.

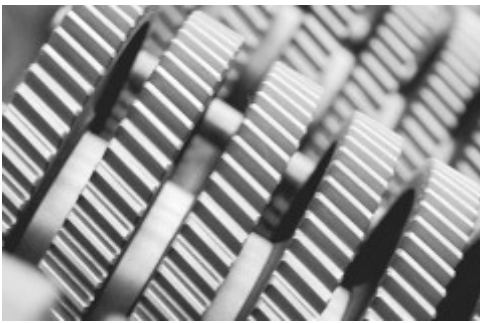
Há um descolamento entre inflexão nas expectativas e ausência de bases para novo ciclo de expansão da indústria

Destaco a centralidade de tal questão, pois apesar da desaceleração recente, entre os governos Lula e Dilma a indústria local foi capaz de ao menos garantir sua capacidade de acumulação em patamares bastante razoáveis por meio de dois modelos distintos, razoavelmente protegidos da intensa volatilidade das expectativas de curto prazo.

Entre 2003 e 2010 o desempenho da indústria brasileira amparou-se em um modelo de organização e acumulação denominado por este autor em outros artigos de "doença brasileira". Essa seria caracterizada por um cenário em que se observa a coexistência de um processo de especialização regressiva da estrutura produtiva, com fortes indícios de desindustrialização, em paralelo à manutenção e até à ampliação da acumulação do capital industrial. Tal acumulação, por sua vez, estaria associada à emergência de estratégias crescentemente desvinculadas do desempenho estritamente produtivo.

Ou seja, entende-se que a indústria brasileira conseguiu se adaptar e reconfigurar suas atividades produtivas, reduzindo gradativamente o conteúdo local adicionado a sua produção. Essa redução foi acompanhada pelo crescimento da importação de produtos finais, partes, peças e componentes a baixo custo e viabilizou o aumento da massa e da margem de lucro dos setores industriais.

De maneira complementar, um elemento externo e um interno contribuíram para sustentar o modelo de crescimento industrial vigente no governo Lula. Na dimensão externa, destacam-se os impactos do boom das commodities no dinamismo dos setores intensivos em recursos naturais. Já na dimensão interna, a expansão do consumo das classes populares fomentada pelo aumento da massa salarial, do crédito e do emprego formal garantiriam a sustentabilidade do ciclo pelo menos até o final da década.



Com o esgotamento dessas fontes de dinamismo, o desafio do governo Dilma parecia ser reconfigurar o modelo de crescimento industrial a partir de transformações qualitativas que promovessem o incremento da competitividade. É neste contexto que se situa um amplo conjunto de medidas defendidas inclusive pelas entidades representativas da indústria, as quais tinham como objetivo reduzir o Custo Brasil. Dentre elas, destacam-se a desoneração da folha de pagamentos, a redução relativamente generalizada das alíquotas do IPI e do custo do crédito via diminuição dos

spreads dos bancos públicos, a tentativa de redução do custo da energia elétrica, o protelamento do reajuste das tarifas públicas e dos derivados de petróleo, entre outras.

Em paralelo, a pauta industrialista de Dilma I foi complementada por medidas para garantir a desvalorização cambial, pela tentativa de redução da Selic e pela manutenção de elevados volumes de crédito concedidos a juros subsidiados pelo BNDES.

Apesar do fracasso do modelo de industrialismo assistencialista de Dilma I no que se refere à retomada do ciclo de crescimento e investimento, os fartos benefícios fiscais e tributários concedidos à indústria local foram capazes de sustentar sua rentabilidade em patamares bastante razoáveis. Apenas a título de ilustração, vale lembrar que, segundo a Receita Federal, as desonerações de tributos concedidas pelo governo Dilma desde 2011 somarão cerca de R\$ 458 bilhões em 2018.

Entretanto, com a reversão profunda do cenário econômico no período recente, a insustentabilidade da continuidade deste modelo torna-se patente. Não suficiente, agregue-se a este cenário a enorme dificuldade de se reproduzir as características do modelo de crescimento industrial que vigorou na primeira década dos anos 2000.

Assim, ao se analisar a percepção de economistas e entidades empresariais acerca da suposta emergência de um novo ciclo amparado fundamentalmente na melhora das expectativas, apresentam-se muitas incertezas sobre quais seriam as bases de demanda efetiva que sustentariam o modelo de crescimento pós-industrialismo assistencialista.

Antônio Carlos Diegues é professor Adjunto III do Departamento de Economia da Universidade Federal de São Carlos, Coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia, Tecnologia e Desenvolvimento (GPETeD).